AFETOS, SEXUALIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES NA(S) ÁFRICA(S) E NO(S) BRASIL(IS): CORPOS QUEER OF COLOUR[1]

AFFECTS, SEXUALITIES AND RESIGNIFICATIONS IN AFRICA AND BRAZIL: QUEER OF COLOUR BODIES

RESUMO

Esse estudo, fruto de pesquisa acadêmica, tem por finalidade refletir sobre afetos e sexualidades, relações de gênero, performances e suas ressignificações em territórios africanos e no Brasil, bem como, discutir aspectos de tradição e modernidade. O objeto de pesquisa são os corpos queer/s africanos e queer/s brasileiros negros, tendo como pressuposto teórico-metodológico a teoria queer of colour e queer na perspectiva negra-brasileira e utilizando, como metodologia, da revisão da literatura na área. A perspectiva africana nega as relações homoafetivas e sexualidades queer/s e utiliza a tradição como política de negação. No Brasil, se reconhece a identidade queer/LGBTQIA+, porém, exclui pessoas queer/s negras por universalizar a categoria branca, tornando-os/as ainda mais subalternizadas e desterritorializadas de seus corpos. Nos resultados, os estudos queer of colour contestam as negações africanas: "na África não tem destas coisas!", proclamando a heteronormatividade compulsória e destoando da complexidade e multiplicidade cultural; além disso, os corpos queer/s existem desde a tradição e, no Brasil, a teoria queer ocidental não reconhece o racismo. Por fim, comparando Áfricas e Brasilis, os corpos queer/s africanos e queer/s negro-brasileiros se assemelham ao serem os mais queer/s, multiplamente oprimidos e os mais estranhos, até mesmo no interior da categoria queer (branca).

Palavras-chave: Afetos. Sexualidades. África/Brasil. Tradição/modernidade. Ressignificações.

ABSTRACT

This study, the result of academic research, aims to reflect on affections and sexualities, gender relations, performances and their resignifications in African territories and in Brazil, as well as to discuss aspects of tradition and modernity. The object of research is African queer bodies and black Brazilian queer bodies, having as a theoretical and methodological assumption the queer of colour theory and queer from the black-Brazilian perspective, and using literature review as a methodology. The African perspective denies homosexual relationships and queer sexualities and uses tradition

1 A primeira versão deste texto foi apresentada em Congresso – X Encontro Estadual de História da ANPUH-Ba (2020) e publicado nos anais eletrônicos do evento. Aqui a versão foi revisada sofrendo ajustes, inclusive no título.

Ineildes Calheiro dos Santos
Doutora em Difusão do Conhecimento (DMMDC), pós-doutorado em humanidades pela UNILAB/Ce e Funcap/Cnpq. Mestra em Pós-Crítica. Licenciada em Educação Física. Docente do Ensino Básico do Município de Feira de Santana/Ba. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0420-5495. E-mail: ildafrica@yahoo.com.br

as a policy of denial. In Brazil, queer/LGBTQIA+ identity is recognized, but black queer people are excluded by universalizing the white category, making them even more subalternized and deterritorialized from their bodies. In the results, queer of color studies challenge African denials: "in Africa there are no such things!" they proclaim compulsory heteronormativity and clash with cultural complexity and multiplicity. Furthermore, queer bodies have existed since tradition and, in Brazil, Western queer theory does not recognize racism. At the end, comparing Africas and Brazils, African queer bodies and black-Brazilian queer bodies resemble each other in being the queerest, multiply oppressed, and strangest, even within the queer (white) category.

Keywords: Affects. Sexualities. Africa/Brazil. Tradition/modernity. Resignifications.

Introdução

Esse texto é referente à pesquisa de Especialização realizada na UNEB – Universidade Estadual da Bahia (Campus II/Alagoinhas), no período de 2020-2021[2] e ocorreu no final do doutoramento de quem vos escreve, devido esta última abrir caminhos para investigações a respeito de corpos e sexualidades negras, gênero e esportes na cultura africana e permitiu questionar a cosmovisão africana[3], epistemologia que fez parte da pesquisa de doutoramento[4]. O curso de Especialização proporcionou maiores conhecimento sobre culturas africanas, na qual realizei o estudo crítico ao contexto queer ocidental, branco e universal.

Esta última, possibilitou conhecer o cenário teórico queer/LGBTQIA+ africano, de maneira ampla abordou vários territórios do continente, por meio de pesquisa bibliográfica e de intervenção, na qual foi feito um mapeamento, realizado encontros acadêmicos e debates e o "Primeiro Seminário Internacional em Interseccionalidade no Esporte entre África e Brasil[5]", que se tornou produção deste estudo. Destarte, a pesquisa deixou portas abertas para seguir adiante. Apesar disso, foi limitada por tempo, espaço, dificultada pela COVID-19 e sem recursos financeiros. Assim sendo, segui aprofundando-a com um mergulho no campo, por meio da inserção em

2 Curso de Pós-Graduação em Estudos africanos e representações da África. Pesquisa intitulada: *A crítica queer/LGBTQIA+ africana e as (auto) representações das sexualidades negras: corpos, esportes e movimentos*" (Ineildes Calheiro dos Santos), publicada em 2023.

3 Não adentrarei a este conceito neste texto. Ver: tese de doutorado nas referências bibliográficas (SANTOS, Ineildes Calheiro, 2021).

4 A tese de doutorado tratou de interseccionalidade em esporte no Brasil e me levou aos estudos decoloniais, de gênero e feminismos africanos, ocorrendo o meu encontro com tais epistemologias, o que fez com que a pesquisa crescesse em termos qualitativos e ampliar o meu olhar. Antes de defender a tese havia ingressado no então curso de Especialização.

5 De 25-27 de outubro de 2021. Canal de transmissão /youtube. (Orgs). Cabanillas Natália; Calheiro Ineildes & Grupo de Estudos – sobre o corpo feminino. Acesso: https://youtu.be/D2ZnWGjETKg. https://www.youtube.com/c/SobreoCorpoFeminino/featured?app=desktop. Mesa de abertura em 25/10/2021.

Programa de Pós-doutoramento, contemplada por Edital[6], em 2022 a iniciei, tendo como principal campo de investigação a Guiné-Bissau. Esta, investigou àquela mais de perto e com afinco.

Dito isso, este estudo trata-se excepcionalmente desse processo embrionário – ocorrido na Especialização. Tais estudos requerem contribuir nos conhecimentos a respeito de corpos queer/negros e sexualidades africanas, destacando a categoria QOC - Queer of colour / LGBTQIA+ considerando a raça, refletir sobre diferenças nas diferenças, sentidos, representações e questionar as dissidências. A categoria "queer" na perspectiva ocidental e brasileira é conceituada como "corpos estranhos, corpos abjetos" (Louro, 2008) por estarem fora dos padrões de gênero, e no contexto africano "queer" integra a diversidade das categorias de identidade de gênero (Calheiro, 2020a).

O objetivo do presente texto é refletir a respeito de afetos e sexualidades, relações de gênero, performances e suas ressignificações em territórios africanos e no Brasil, bem como, discutir aspectos de tradição e modernidade, destacando as primeiras abordagens desta investigação que perpassa por vários estudos de quem vos escreve, os interliga e reflete sobre as diferentes formas de afetos, sexualidades e suas tessituras nestes territórios do estudo.

Ao tratar-se de noções básicas para o diálogo queer africano pensa-se esses tensionamentos em Brasil e África, provocando um debate necessário diante do conflito epistemológico que atesta, de um lado, a África de sexualidade única (heterossexual), e do outro, a África queer. Parte-se da seguinte afirmação da tradição africana: "na África não tem destas coisas!", dizem as vozes que proclamam a heteronormatividade como única possibilidade de relação afetiva no continente, em seguida, aborda-se aspectos de tradição e relações de gênero, destacando as suas performances. Desta maneira, tentarei responder as seguintes questões: é possível definir o continente africano como desprovido de (homo)sexualidades e queer? É possível estabelecer homogeneidades em suas diferentes culturas e povos? E, assim, no estudo desenvolve-se algumas reflexões e esclarecimentos.

O texto foi organizado em duas partes - na primeira, parte-se dos problemas coloniais, escravidão e os corpos negros e em forma resumida tece o debate com a análise crítica da teoria queer ponderando a descolonização do pensamento; na segunda parte, debate-se a respeito de corpos, tradição e modernidade, coloca-se em pauta as indagações levantadas e insere o debate do conceito de interseccionalidade na África (s), fechando com as considerações finais.

6 Desenvolvimento de pesquisa de pós-doutorado com bolsa e auxílio pela FUNCAP/CNPq através do Edital PDCTR-3 /Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional –– Vertente/ Interiorização, realizada na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Ceará). Teço agradecimentos no final deste texto.

Processos metodológicos

Este estudo fundamentou-se em epistemologias decoloniais, focando epistemologias feministas negras e africanas, trazendo à tona a teoria queer of colour, também conhecida como queer africana, e, ainda que sucintamente, tece comparações com a perspectiva brasileira. Assim, requer lançar luz no debate sobre relações (homo) afetivas, sexualidades, queer/s, performances e suas ressignificações em África(s) e Brasil(is). Tem como objeto de pesquisa os corpos queer/s africanos e queer/s brasileiros negros e como pressuposto teórico-metodológico a teoria queer of colour (ou queer africanos) e queer na perspectiva negra-brasileira. Desta forma, este estudo adota a revisão de literatura como método, questiona a ideia de essencialismo dos corpos africanos, a tradição sem homossexualidade, o discurso da sexualidade única africana e tece críticas e contextualiza com os aspectos queer brasileiro negro.

Contexto comparativo das sexualidades entre África(s) e Brasil(is): a respeito de queer of colour e a decolonialidade

No Brasil, as práticas coloniais e escravidão resultaram em controle e vigilância da população negra, dos sexos, sexualidades e dos corpos, juntamente com a política de exclusão social, o racismo e as proibições, em especial, dos corpos negros, estereotipificados, permeados de representações. A hipersexualidade negra é parte desses feitos racistas: de um lado, buscou-se justificar a exploração sexual das mulheres negras (Gonzalez, 2020) por meio desses discursos, e do outro, supôs uma não-homossexualidade negra, embora presente no período colonial e escravocrata (Mott, 2005), forjando-se no Brasil, por meio da exploração sexual e da reprodução (a economia escravocrata), a heterossexualidade da raça como única forma identitária, e, obviamente, "sem afeto".

Importantes estudos concernentes aos corpos queer negros, queer africano/a (QOC), surgiram com o debate da homossexualidade e sodomia no Brasil colonial, no período escravocrata (com Luiz Mott), que mostra a existência das homossexualidades na África. A questão da interseccionalidade neste aspecto, com foco na raça e sexualidades foi enfatizada com Sônia Soares (2020), no entanto, diante de uma ciência hegemônica, racializada, androcêntrica e cisgenerificada (Santos, 2021) pouco se conhece a tal respeito e a categoria queer/LGBTQIA+ universal, por sua vez, ignorou as sexualidades negras.

As reinvindicações e os movimentos queer negros/as no Brasil tiveram influência do feminismo negro estadunidense (que ganha força nos anos 1980) e no Brasil foi expandido no início do século XXI, questionado pelo movimento estadunidense (Caldwel, 2000; Figueiredo, 2008). Com as epistemologias decoloniais o queer negro na academia brasileira insere a categoria lésbica negra (Curiel, 2002) e as intersecções:

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 503-519

lésbica, negra, mãe e poeta (Lorde, 2019); lésbica, mestiça e desterritorializada (Anzaldúa, 2005); bicha preta (Luz, 2013); transexual negra (Oliveira, 2017), entre outras.

No continente africano emergiram estudos queer no início do século XXI em diálogo com a perspectiva da raça e da interseccionalidade (Rea; Paradis; Amancio, 2018), daí surge a questão da tradição africana como problemática ao ser pensada fixa, não fluida, constituída como barreira para a libertação queer. Nisto se insere as indagações deste estudo, já mencionadas. A filosofia africana na perspectiva brasileira é embasada na cosmovisão, ou seja, tem seu olhar tradicionalista. Isso significa dizer que a tradição é política? As descrições de suas formas de vida organizativa como modelo de mundo (Siqueira, 2006a; Oliveira, 2003), sem destacar que os conflitos são coloniais e pós-coloniais e por não questionar corpos, afetos e sexualidades na tradição, corrobora para a visão da sexualidade única: a heterossexual. Contudo, se contradiz.

Com o "mito dos Orixás" (Siqueira, 2006a) se observa corpos fluidos, transcendentalismo e sexualidades múltiplas. Estas são corporificadas e abrangem os sentidos dos corpos, e por ressignificação deste último, esse estudo compreende como formas de escapismo de controles, políticas de enfrentamentos corporais, formas diversas de afetos e sexualidades. As culturas afro-brasileiras (Oliveira, 2003; Siqueira, 2006b) possibilitam ver as ressignificações das culturas africanas no Brasil, e com os estudos de gênero na África e sua abordagem de tradição não generificada (Oyěwùmí, 2021) permite questionar: é possível corpos de sexualidade única e não ressignificar-se? Pois, corpos, por si só, já se traduz como movimento.

No período colonial, no Brasil, os corpos negros foram mantidos à base de leis para o controle dos afetos e muitas foram as proibições de relacionamentos inter-raciais (Munanga, 2006), que significou parte da política racista para impedir uniões legais e fortalecer as explorações sexuais das mulheres negras e forma de proteção (aos corpos) às mulheres brancas (hooks, 2019). Essa violência estigmatizou os corpos de mulheres negras como eternas amantes, vulgares e profanas e se estende aos homens negros – "violentos e estupradores". Ambos os sexos, foram marcados, brutalizados, marginalizados, animalizados, inferiorizados e ditos "incapacitados", sobretudo, de amar. Sem homo-afetividade? Estas formas de afetos são expressivas no Brasil colonial (Mott, 2006).

Os estudos que abordam o discurso do homem negro sexualmente desmarcado, o estuprador em potencial (Fanon, 2008; Davis, 2016), auxilia-nos nas reflexões e debates sobre o controle das sexualidades negras. A mulher africana, de matriarca respeitada torna-se a negra assanhada, hipersexualizada, sedutora naturalizada que seduz o homem branco e o ataca, nunca a atacada. Tais violências são compartilhadas entre os seus pares brancos, homens e mulheres no regime escravocrata e na pós-escravidão. O movimento racista "ku klux klan", nos Estados Unidos (Davis, 2016), naturalizou o racismo e o genocídio negro, legitimado pelo Estado e adotado pela sociedade, ações que se manteve por muitas décadas, inclusive após mulheres brancas tornarem-se feministas.

O feminismo branco contribuiu com o racismo, fator preponderante para a libertação real das irmãs negras, do patriarcado moderno e da múltipla opressão.

Essa breve crítica dar pistas para a compreensão da importância do feminismo negro e justifica a segregação dos movimentos feministas. Como reflete na célebre obra supracitada: "Mulheres, raça e classe", ao destacar as diferenças dos objetivos feministas, enfatizado na resenha desta obra citada, realizada por quem vos escreve, em pareceria (Santos; Oliveira, 2018).

No Brasil (is), a escravidão negra também escravizou as sexualidades, com a heterossexualidade-negra-obrigatória e exclusiva para desenvolver a economia escravista com a reprodução. A mestiçagem na escravidão é um denotativo da exploração sexual e estupro perpetrado por homens brancos. Nossa gente era os produtos autóctones. Pensemos no duplo aprisionamento: sem a liberdade social e sem a liberdade sexual/corporal, para compreendermos as proibições queer. Em meio as perdas, o não direito ao próprio corpo foi uma das maiores, considerando-se a diáspora. Este último, termo que significa a distribuição de pessoas do continente africano no mundo, no contexto da colonização e escravidão (Hall, 2003).

No território brasileiro, quando se leva em consideração a política de raça e as relações raciais, as polarizações de cor e a questão de classe com o conceito de interseccionalidade, as sexualidades negras são postas no cerne do debate: lésbica negra, trans negra, gay negro, bicha preta (Calheiro, 2020b). Especificando a categoria transexual negra, a autora Meg Rayara traz um importante estudo a respeito (Oliveira, 2017). No Brasil(is) não se nega a existência da categoria queer/LGBTQIA+, embora seja aberração, abjeção, no entanto, aos queer/s negros/as (LGBTQIA+) se denega cidadania e assistência. Se reconhece para negar direitos. A estes, não somente se repudia, os/as transformam no abjeto mais abjeto – negando direitos e cidadania. Tudo indica que a extensão da pobreza desta categoria tem relação com a raça/cor

Na África (s), a colonização bagunçou com a tradição e tornou ainda mais impossível esta não ressignificar-se. Não se trata aqui da política epistemológica "da morte da tradição", mas, de busca pela coerência da história. Haja visto que as vozes que proclamam a heteronormatividade no continente, quando dizem: "na África não tem destas coisas!" (Calheiro, 2023), negam a existência queer na tradição, investe em repressões (Tamale, 2014) e desenvolve a "colonialidade de gênero" interna.

Sobre a história, Caterina Rea e colaboradoras (2018, p.32) expressam que, de acordo com Yuderkys Minõso, "os estudos queer chegaram para a América Latina por meio de grupos restritos e hegemônicos em termos de raça e classe". No Brasil atribuímos a teoria queer à Guacira Louro (2001, 2008), apresentando-nos o queer butleano e o conceito dos corpos estranhos, articulando a teoria queer pós-identitária com a teoria pós-estruturalista (Louro, 2014). No entanto, conforme abordei em meu próprio estudo (Calheiro, 2020b) o conceito adotado pelo Brasil é ocidental, relacionado com referências hegemônicas. Vejamos o conceito:

"Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser 'integrado' e muito menos 'tolerado'. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência [...]". LOURO, 2008, p.7-8). A análise mostra a trajetória dos estudos queer no país como categoria

identitária ampliada: de GLS, LGBT à LGBTQIA (+), nesse momento já acrescida (PN+). As letras expressam uma vastidão de categorias: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersex, assexuada/os, pansexual e não binário, e o símbolo "+" abre o campo à espera do que poderá vir, contudo, já se denominou de "sopa de letrinhas" (Facchini, 2005) e pouco se enfatiza os significados da "sopa" como alimentação política e objetivos diferenciados, visando a diversidade como agrupamento, coletividade e harmonia.

A relação das categorias dissociadas do conjunto e ironizado como sopa de letrinhas foi destacado pela autora para apontar o problema intragênero, ou melhor, eu diria "intraqueer" - a diferença que se pensa diferente. Sendo importante ressignificar a sopa em caráter de política de unidade, união, pensar o coletivo como arma contra hegemônica e para des-ocidentalizar pensamentos (Calheiro, 2020b). Neste vertente autoras (Rea; Paradis; Amancio, 2018) discutem a teoria queer of colour na perspectiva do Sul e focam a descolonização e ao realizarem uma genealogia descaracterizam a origem ocidental do termo quando flagraram o conceito "queer" nos anos 1980, na obra "Borderlands/la frontera: the new mestiza", da chicana lésbica mestiça Gloria Anzaldúa, publicada originalmente em 1987. O termo consta precisamente no capítulo "La conciencia de la mestiza", conforme texto traduzido (Anzaldúa, 2005)[7].

Apesar da origem do termo ter sido atribuído a francesa Teresa de Lauretis e desenvolvido por Judith Butler, reconhece-se a contribuição de ambas para o desenvolvimento dos estudos queer (Calheiro, 2020b), entretanto, foi introduzido pela primeira vez na academia por Gloria Anzaldúa, ou seja, na fronteira - o México em questão (Rea; Amacio, 2018). Contraditoriamente, o movimento feminista hegemônico é surpreendido na América Latina contra a luta e história feminista, pela ânsia aos lugares de poder e produção de conhecimento (Harcourt, 2005 apud Alvarez, 2014). O feminismo no centro e mulheres no poder é garantia de eliminação de discriminação e/ou de igualdade? A costa-riquenha Alda Facio (2006) responde, ao expressar: "[...] não é simplesmente a incorporação das mulheres no poder que garante a eliminação de todas as discriminações que sofrem as diferentes mulheres, por serem mulheres".

Queer of colour e a interseccionalidade: corpos, tradição e modernidade

As letras - GLS acrescidas carregam significados: são identidades. E muitas vezes interseccionam-se de marcadores sociais, como raça, classe, território, religião. Contudo, o conflito intragênero ou "intraqueer" é indicativo de uma maratona ocidental à legitimidade, embora não se deseje o centro, mas, há o desejo no centro - o de visibilidade, diferindo do objetivo queer of colour (africano). Categoria intrinsecamente relacionada às noções de movimentos e se deseja o direito de existir e de ser (Matebeni,

7 Tradução: "A consciência mestiça". O capítulo traduzido foi publicado na Revista estudos feministas, ano 2005. (Ver nas referências).

2017), a escrevivência (Evaristo, 2017) dos seus corpos (des) territorializados e o direito de integração à mundialidade[8] queer.

Nota-se que tais categorias sexuais, no continente africano, são conceituadas para além de liberdade sexual e de desejo (Calheiro, 2023), apesar de fazerem parte, porém, enfatiza-se "queer" nas lutas nacionais (internas) e internacionais, no combate à colonização, às colonialidades e às dominações. Destarte, a categoria QOC – Queer of colour aparece como complexidade, pluralismo, diversidade. Trata-se do resgate desta história, da existência queer africana, registrá-la, sair do anonimato, denunciar, lutar por direitos humanos e pelo reconhecimento da participação na luta para a libertação: "[...]pretendem resgatar as vozes de intelectuais e militantes queer do continente africano. Trata-se, assim, de documentar não só a resistência nas vidas e nas lutas diárias das comunidades queer da África e de valorizar a complexidade da maneira com que a libertação queer é enquadrada na África e pelos africanos" (Rea; Paradis; Amancio, 2018, p.16).

A coletânea africana traduzida: "*Traduzindo a África queer*", organizada pelas últimas autoras citadas, apresenta os problemas da categoria no continente: questões internas e externas. Internamente luta-se com e contra. Todavia, contra a força do conservadorismo e da bancada evangélica que se organizam juridicamente com leis de proibições identitárias (Blessol, 2018; Macharia, 2018). Portando-se a favor e ao mesmo tempo contra o pluralismo e complexidade cultural africana, ao não reconhecer as sexualidades múltiplas, as vozes conservadoras tornam-se contraditórias. No outro extremo, a colonialidade de poder aumenta a dimensão do problema, quando, as instituições internacionais apoiam economicamente territórios africanos para manter a dominação (Ndashe, 2018) e a colonialidade pela via do gênero e do queer.

No continente africano as identidades de gênero (queer of colour) são visíveis, por isso (em quase todo o continente) negadas tais existências na tradição e acusada de "síndrome do estrangeiro". Ressignificadas ao tornarem-se movimentos, a subversão é ampliada e, conforme expressa em artigo, se inserem no campo das lutas (Rea; Amancio, 2018) contra as amplas colonialidades de poder. A colonialidade de poder (Quijano, 2005) é interseccionada na colonialidade de gênero (Lugones, 2008) e os tensionamentos interligam-se nas formas de tradição, colonização, modernidade e pós-colonial. Nessa direção, lideranças religiosas, políticos, parlamentares e as leis fortalecem o conservadorismo, em nome da tradição portam-se contra as sexualidades múltiplas e as pune severamente. Exemplificando alguns casos:

No Quênia, leis tradicionais opressivas são defendidas por entenderem que homossexualidades enfraquecem a instituição família, e visam definir a "heterossexualidade nacional" (Macharia, 2018, p.14); proibições, condenação e sentença ocorrem no Malaui (Ndashe, 2018), em Uganda (Tamale, 2014) e em outros territórios. Porém, também há leis implementadas, supostamente protetivas, como na África do Sul, mas levam a reflexão e necessita de debates devido ocorrerem punições, corretivos, preconceitos e conservadorismo das pessoas civis e o descaso do Estado. Conforme

8 Aludimos ao conceito de mundialidade criado por Edward Said, utilizado aqui para pensar a mundialidade queer. Ver: Said, 2007. A obra "Humanismo e crítica democrática".

Zetu Matebeni (2017) a homofobia reprime os corpos queer of colour sul-africanos e os matam duas vezes, ou seja: de maneira ainda mais brutal. Trazendo como exemplo o Brasil(is), as pessoas queer negras/os morrem brutalmente assassinadas/os e os casos não são investigados (Soares, 2020) e são deixados à própria conta. Nessa vertente se compara com o país sul-africano.

Assim, o conservadorismo africano se articula, arma-se, exclui, nega o direito de ser e de existir (LGBTQIA+) e se arma com a política de tradição. Todavia, a tradição como arma de negação e punição queer não é exclusividade do continente africano, igualmente ocorre na América Latina. Rita Segato (2017) ao analisar a violência de gênero na vida das mulheres indígenas enfatiza que as sexualidades andinas não são de caráter único/heterossexual, há multiplicidades, mas, equivocadamente, são ressignificadas pelo discurso como consequência da colonização. E sobre as políticas de intervenção internacional, diferente das autoras do queer of colour (africano), esta defende as intervenções da ONU, para quem, objetiva-se evitar mais perdas e ampliação da violência de gênero.

Na África(s), autoras que prezam pela tradição africana, como Oyronké Oyěwùmí (2021), apesar de não negarem múltiplas sexualidades também não as afirmam. Contudo, asseguram não haver desarmonia de gênero na tradição, para ela (s), são diferentes e complementares papéis entre os sexos, inclusive, não se reconhece a categoria "gênero" e "mulher" na história anterior à colonização, além disso, mulheres e homens são "invenção do Ocidente". Sobre os casamentos entre mulheres, conhecidos tradicionalmente como: "mulher/mulher" ou "marido fêmea", no estudo desta última, são desprovidos de homossexualidades. Não obstante, há controvérsias.

Nos estudos críticos de gênero na África, a violência de gênero aparece na colonização, na pós-colonização e também na tradição e em constante mudança, ressignificando-se (Calheiro; Oliveira, 2018), como frisei em meu próprio estudo (em parceria) que demonstrou que a poligamia, o casamento, o papel das mulheres, a prática sexual obrigatória, bem como o casamento forçado, a ablação (aonde ocorre), são vistos como violência de gênero, embora não se reconheça em muitos territórios, e o afeto ou desafeto estão presentes nestes corpos, no entanto, são ignorados pelo cumprimento das normas em nome da tradição (Chiziane, 2004).

Comparando mais uma vez África e Brasil, a cultura africana neste último, ressignificou-se. Na vida das pessoas negras há a poligamia estranha (fora da lei e naturalizada) e um matriarcado violento e pesado; as mulheres negras experienciam uma diferente solidão – amantes, com (muitos) filhos e ao mesmo tempo sós: é a poligamia da violência e o matriarcado da miséria. Sueli Carneiro (2017) contribui nessa crítica ao discutir a cultura africana no Brasil e o matriarcado violento vivido pelas mulheres negras brasileiras. Aqui, o racismo impera e dita as normas, as mulheres negras são desvalorizadas e, não há tão somente gênero e violência de gênero, como há diferentes grupos de mulheres e múltiplas opressões, sobretudo no interior do gênero – intragênero, e do queer – intraqueer.

Em relação aos corpos queer/s of colour, sempre existiram, ainda que sem conceitos, mantidos da tradição e ressignificados na modernidade á base da violência,

negação e denegados – entretanto são corpos fronteiras e fluidos (Muthien, 2018). A cultura morreu ou a tradição ressignificou-se? A cultura não morreu, é viva (Hountondji, 2008). Este autor retoma o debate do pluralismo como duplo pressuposto: virtude e perigo, defende o pluralismo como algo valioso e frutífero, expressa vida e não morte das culturas africanas. Este pensamento nos ajuda a contestar essencialismos, fixidez e imutabilidades tradicionais e a ponderar em (re)construções, ressignificações e no "novo", inserindo a tradição no campo da memória lúcida e viva.

Diante do exposto, em que se insere a questão da interseccionalidade nas África(s)?

A temática queer/LGBTQIA+ é escassa na perspectiva da diversidade étnico-racial, as quais se centram no queer ocidental e universal. Ao analisar as colonialidades de poder e de gênero (Lugones, 2008), realmente, "a cultura branca dominante está nos matando devagar com sua ignorância" (Anzaldúa, 2005, p. 713). Como ferramenta analítica a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente (Collins; Bilge, 2020). Como ferramenta decolonial e para a compreensão do racismo e da desigualdade racial a interseccionalidade ajuda a pensar estratégias para a erradicação.

Articulada com o feminismo negro, a fim de refletir a múltipla opressão capturando as categorias sociais nesta conjuntura interseccionadas (Crenshaw, 2002), essa concepção teórico-metodológica revelou que os projetos internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) com base na Convenção das Mulheres (CEDAW), visa a igualdade de gênero, contudo, não tem alcançado a todas (Kilomba, 2019), menos ainda, alcança a diversidade de gênero, por não levar em conta as múltiplas opressões.

A interseccionalidade não tem adesão nos debates do continente africano. Paul Zeleza (2005) explicita que raça, classe e etnicidade nos estudos africanos são questões secundárias, e suas análises dão pistas para compreendermos. Os motivos variam e se baseiam na complexidade em gênero, raça e classe neste continente. Um dos pontos refere-se ao debate do gênero na África na perspectiva tradicional, como invenção do Ocidente. Outra questão é concernente à classe: a economia africana é diversificada e não está centralizada exclusivamente no capitalismo (Furtado, 2012; Rocha, 2017), e apesar deste fazer parte da sua economia a sociabilidade e a rabidância (o livre comércio) tem força (Rocha, 2017).

E a raça? Na concepção da nigeriana Oyronké Oyěwùmí (2021) "raça" e "negro" são categorias criadas pelo Ocidente. O que justifica a recusa da utilização do termo. Observa-se a centralidade no viés da etnia, entretanto, esta é vista como negação da negritude (Furtado, 2012). Para Wagner Vinhas (2014) as diferenças na etnicidade têm concepções de valor. Trata-se da valorização da mestiçagem? Pois, ao compreendermos que as polarizações raciais são produtos da mestiçagem, fomenta o genocídio negro e projetos de exclusão racial (Munanga, 2006), não é exagero afirmar que ambos os conceitos (raça e etnia) são políticos. Porém, a polarização racial como categoria política é ferramenta relevante no Brasil(is), nação dividida não somente em raça e classe - os dois Brasis (Gonzalez, 2020), pois, se inclui a sexualidade heteronormativa.

Assim, a expressão da chicana (Anzaldúa, 2005, p. 707): "como mestiça, eu não tenho país [...] como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita [...]" conduz a pensar a interseccionalidade no Sul global e se insere a África (s), pois, é a geopolítica dos corpos: corpo, sexualidade, raça e território remete a outros corpos queer(s) para além do queer universal, ocidental e branco. A este fim os estudos queer of colour exercem importante contribuição: ao investir em estudos genealógicos contestam as afirmações de tradição africana sem homossexualidades; África(s) não é desprovidas de pessoas queer e/ou que são identidades desviadas instituídas na pós-colonização; criticam o conceito da categoria queer ocidental ao mesmo tempo que a utiliza (Calheiro, 2023). Nomeado de "Queer of colour" (QOC), o termo tem sido discutido como não apropriado para caracterizar as representações sexuais no continente africano, pelo fato dos corpos queer africanos, queer negros não terem os mesmos objetivos do queer ocidental e branco, e, para além do prazer busca-se o prazer de viver, seja na África(s), seja no Brasil(is). Por enquanto, adota-se o termo politicamente.

Por fim, ao atestar o pluralismo cultural e as complexidades, a filosofia africana rebate as assertivas de África homogênea. E, advogar pelo Brasil homogêneo ou "dois brasis" é excluir as multiplicidades e em particular as sexualidades negras. Por esse motivo foi utilizado o termo "Áfricas" no plural, pelo seu vasto território, um continente com mais de 50 países, bem como, devido a diversidade dos corpos queer/s, sobretudo, por não haver cultura única. Este sentido aqui é figurado. A lógica dos sentidos se estende ao "Brasilis", território de diáspora negra em que as culturas africanas se estabeleceram ressignificadas.

Resulta-se que na África(s) as sexualidades múltiplas são negadas e no Brasil (is), sem cidadania nega-se aos queer(s) negros/as direitos consagrados. Eis a questão: direitos humanos para quem? Ao ocorrer algumas conquistas para a categoria LGBTQIAPN+ é válido a reflexão: de que *queer e*stamos falando? Queer negro conta? Lésbica negra faz parte? Trans não-branca se insere? A bicha preta entra?

Queer africano /queer of colour existe?

Considerações finais

O texto apresentou uma crítica à categoria queer (LGBTQIA+) universal e modelo único, exibiu categorias negras e africanas (QOC) que trazem formas próprias de ser e implicadas em corpos construídos à base de controles específicos à raça, presentes na colonização, escravidão e colonialidades e advoga pela mundialidade queer. Ao mesmo tempo reflete que não são todas as categorias dissidentes, tais teorias não se assemelham, as experiências divergem e emergem de diferentes contextos. No Brasil (is), os corpos negros são articulados com o racismo e a interseccionalidade assinala a múltipla opressão. A cultura afro-brasileira é embebida de ressignificações

e os corpos queer/s, na diversidade selecionadora, indicam modelos pautados na infelicidade do sujeito como tônica.

Na África(s) "não tem dessas coisas!", são vozes que proclamam a heteronormatividade e a sexualidade única. Contudo, os estudos a respeito das homossexualidades e diversas formas de afeto no continente africano vem crescendo, igualmente cresce a LGBT-fobia e a colonialidade de poder impera dentro e fora do continente. Internamente se deseja respeito e integrar-se à unidade. Do lado de fora, o poder colonial se utiliza "dessas coisas" para manter a dominação.

Como resistências se inserem as lutas queer of colour, combatendo as negações internas e violências, objetivando a verdadeira liberdade e nisso se inclui corpos de desejos, prazeres e sentidos. Porque, corpos queer é tudo isso e o todo é a vida. Desta maneira, queer/s negro/a, queer of colour (QOC) não se inserem como performatividade, mas como vida real presente nos corpos. As sexualidades africanas não têm a dissidência como principal vetor, nem é o prazer e a liberdade sexual, e a visibilidade que se pretende é de teor de inclusão no grupo queer no mundo global, pelo reconhecimento desta categoria e para fins de descolonização, desfazendo discursos de que na tradição africana não há queer e nem afetos.

Partindo de uma vida nua na perspectiva do outro pautada na geopolítica dos corpos, Brasil(is) e África (s) ampliam formas (modernas) de confronto, resistência e alianças. A arte de viver e de ser. Arte corporificada, corpo político e de direitos, com o "projeto corpo", "estrutura autônoma" (Santos, 2021), dá novos significados a teoria queer. Nesse contexto queer se desloca da paródia batleana para a chacota, o chiste. (Des) territorializados, queer of colour – são os corpos mais estranhos! Contudo, é necessário um projeto de unidade no campo do feminismo internacional, sem uma deslealdade na maratona, sem ânsia ao poder.

Esse texto é para além de reflexão, é um convite: nessa maratona vamos correr juntxs?

Referências

ALVAREZ, Sônia E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais; movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**. Neim/UFBA, v.2, n.1, 2014, jan./abr, p.57-77.

ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. Tradução: LIMA, Ana Cecília. **Estudos feministas**, 13 (3): 320, set./dez, p, 2005, 704-719.

BLESSOL, Gathoni. Lutas LGBTI Queer como outras lutas em África. Trad. Caterina Rea. Izzzie Amancio e equipe do FEMPOS. In: REA, Caterina.; PARADIZ, Clarice & AMANCIO Izzie (orgs.). **Traduzindo a África Queer**. Salvador: Editora Devires, 2018, p.101-110.

CALDWELL, Kia Lily. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 92-108, 2000.

CALHEIRO, Ineildes & OLIVEIRA, Eduardo David de. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, Jul./Dez, 2018, p. 93-110.

CALHEIRO, Ineildes. Afetos, sexualidades e ressignificações nas África(s) e no(s) Brasil(is). **In: Anais do X Encontro Estadual de História – ANPUH**. Vitória da Conquista: UESB-BA, 2020a, p.1–12. Acesso:https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=490#I.

_____. Queer nas fronteiras e representações não-ocidentais: queers-africanx, QOC/of colour, queer-latinx-americanx. **Dados de África(s)**, v. 01, n. 01, 2020b, p.137-159.

_____. **Corpos, gênero, sexualidades e raça no esporte na África: a crítica queer/LGBTQIA+ africana e a interseccionalidade**. (Ebook). Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista. Variações sobre a luta de classes. **Revista Cult,** 223, maio, 2017, p,2. https://www.cultloja.com.br/produto/cult-223-maio-2017/.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de Poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 1, 2002, p.171-188.

CURIEL, Ochy. Identidades essencialistas o construccion de identidades politicas: el dilema de las feministas negras. Universidade de Los Angeles, Mérida, Venezuela. **Otras Miradas**, v. 2, n. 2, diciembre, 2002, p.96-113.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: 1. ed. Rio de Janeiro: PALLAS, 2017.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACIO, Alda. A partir do feminismo, vê-se um outro direito. **Revista Outras Vozes**, WLSA Moçambique. Women and Law in Southern Africa. Maputo, n.15, maio, 2006. https://www.wlsa.org.mz/boletim-outras-vozes/.

FANON, Franz. **Pele negra máscaras branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo (orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, p. 237-255, 2008.

FURTADO, Cláudio A. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, v, 45, 2012, p.143-171.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

hooks, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libâneo, 1 ed. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 2019.

HOUTONDJI, Paulin, J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos; duas perspectivas sobre os estudos africanos. 2008. **Revista crítica de Ciências Sociais**, n.80, março, p.149-160, 2008.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá. Colombia, n. 09, 2008, p. 73–101.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – Uma Política Pós-identitária para a Educação. **Estudos Feministas**, ano 9, 2º sem, 2001, p.541-553.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria quee**r. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª Ed. Petrópolis, R J: Vozes, 2014.

LUZ, Nilton. Reflexões do entrelugar. In: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento & DORNELLES Priscila (org.). **O Recôncavo baiano sai do armário: Universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das almas: Editora UFRB, 2013, p.185-228.

MACHARIA, Keguro. O Quênia Queer a lei e na política. Tradução: Sergio Ferreira. In: REA, Caterina.; PARADIZ, Clarice & AMANCIO Izzie (Org.). **Traduzindo a África Queer**. Salvador, Ba; Editora Devires, p.11-128, 2018.

MATEBENI, Zetu. Perspectiva do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer. **Rev. Antropol. São Paulo**, v. 60, n. 3, 2017, p. 26–44.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. **Revista Afro-Ásia,** 33, 2005, p.9-33.

_____. Homo-afetividade e Direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, n.14, ago, 2006, p.509-521.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUTHIEN, Bernadette. Queerizando as fronteiras: uma perspectiva africana ativista. Tradução: REA, Caterina. In: REA Caterina.; PARADIZ, Clarice & AMANCIO Izzie (org.). **Traduzindo a África Queer**. Salvador, Ba; Editora Devires, 2018, p.91-100.

NDASHE, Sibongile. A história única a homofobia africana é perigosa para o ativismo LGBTI. Tradução: REA, Caterina & AMANCIO Izzie. In: REA Caterina.; PARADIZ, Clarice & AMANCIO Izzie (org.). **Traduzindo a África Queer**. Salvador, Ba; Editora Devires, 2018, p.78-88, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo, D. de. **Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

OLIVEIRA, Meg Rayara. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese (Doutorado em Educação): Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO,** 2005, p.117-142.

REA, Caterina & AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu** (53), 2018, p.1-38.

ROCHA, Eufémia V. Mobilidades e Gênero: deslocamentos e fronteiras na rabidância em Cabo Verde. In: Gomes, Patrícia & Furtado, Claudio Alves (Orgs.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 65-87.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos & OLIVEIRA, Eduardo David de. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. **Revista Estudos Feminista**s, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018, p. 1-5.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro! A interseccionalidade no esporte**. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.

SEGATO, Rita, Laura. Gênero e Colonialidade: em busca de chave de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução: Rose Barboza. **E-cadernos-CES**, 18, 2017, p. 106-131.

SIQUEIRA, Maria, Lourdes. **Siyavulma: uma visão africana de mundo**. Salvador: Editora Autora, 2006a.

_____. (Org.). **Imagens negras: ancestralidade, diversidade e educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006b.

SOARES, Sônia Maria. **Assassinatos de pessoas LGBTs na Bahia: dinâmicas de gênero, raça e classe.** Salvador: Segundo Selo, 2020.

TAMALE, Sylvia. Homosexuality is not un-African. Al Jazeera Online, Available **[online]** at http://www. homosexuality_is_not_unafrican_aljazeera_online. htm. Accessed on the, v. 26, n. 09, 2014. Disponível em: https://www.boell.de/en/2015/03/20/homosexuality-is-not-un-african.

VINHAS, Wagner. Revisitando questões irredutíveis: o problema das organizações sociais em termos étnicos. In: CARVALHO, Maria Rosário de Carvalho et al. (org.). **Estudos étnicos e africanos: revisitando questões teóricas e metodológicas.** Salvador: EDUFBA, 2014, p.161-182.

ZELEZA, Paul T. Gender biases in African historiography. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónke (org.). **African gender studies: a reader**. Hampshire: Palgrave Macmillan, p, 207-232, 2005

Agradecimentos:

Ao programa de Especialização em Estudo africanos e representações da África no Brasil/ da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e à orientadora, Dra. Natália Cabanillas.

À FUNCAP/CNPq e PDCTR-3. Pelo fomento à pesquisa de pós-doutorado que possibilitou aprofundar a pesquisa.

FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

À UNILAB (Ce) e à supervisora, Dra. Larissa Gabarra e à co-supervisora Dra. Natália Cabanillas.

Em especial sou grata às/aos estudantes de origem africana e brasileira que colaboraram.

Recebido em 04/01/2025.

Aceito em 06/06/2025.